

ENCONTRO | Audiência pública, realizada na última segunda, dia 27 de junho, abriu espaço para sugestões ao projeto

# Estatuto: debate ganha contribuição popular

Presidente da comissão, o advogado Sérgio Camargo fez um balanço positivo

ANDERSON BORGES anderson.borges@folhadirigida.com.br

Em mais um passo rumo à conquista de uma regulamentação das seleções públicas no Rio de Janeiro, o processo de elaboração do Estatuto do Concurso Público Fluminense ganhou na última segunda-feira, dia 27, a contribuição popular. Em audiência pública realizada no Salão Nobre da sede da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ), no Centro da capital, concurretes e outros membros da sociedade puderam debater sobre a necessidade de regulamentação dos concursos e dar suas sugestões para o projeto de iniciativa da Comissão de Acessibilidade Pública (CDACP) da OAB/RJ.

Presidente da CDACP, o advogado especialista em concursos públicos Sérgio Camargo fez um balanço positivo do evento. "Acho que o evento foi bom, contou com a participação de diversas pessoas da sociedade civil. Tínhamos a expectativa de um maior número de participantes, até porque não é muito da tradição se abrir espaço para o cidadão opinar. Mas esse foi o primeiro dos eventos", disse ele, explicando que nas próximas oportunidades, a intenção é

contar também com a participação de bancas de concursos, diretamente envolvidas com a questão, e instituições de ensino, para dar maior abrangência ao projeto. "Hoje a gente focou muito na ideia do cidadão. Agora, também vamos focar nas instituições, para que elas possam compor e opinar com relação ao que possa ser o estatuto do concurso."

A audiência foi precedida de diversas palestras sobre questões relacionadas ao universo dos concursos. Em sua participação, o diretor pedagógico do curso preparatório Academia do Concurso, Paulo Estrella, destacou o caráter democrático dos concursos e a necessidade de dar maior segurança aos que desejam prestar concursos com relação a diversos aspectos das seleções. O diretor de Redação da FOLHA DIRIGIDA, Luiz Fernando Caldeira, por sua vez, abordou as irregularidades que costumam ser encontradas nos editais de concursos e chamou a atenção para o processo de escolha de organizadoras. "É necessário que a competência técnica seja sempre levada em conta", observou ele, criticando as escolhas feitas por preço eletrônico, considerando apenas o menor preço oferecido para realizar a seleção.

Com a lacuna ainda existente na legislação, muitas vezes o candidato de concurso público tem dúvidas sobre como proceder para se defender das irregularidades encontradas no cami-

nho que leva à tão sonhada vaga. O tema foi objeto da apresentação do especialista em concursos Rodrigo Menezes, que ressaltou a relevância de, primeiramente, buscar uma solução administrativa para o problema, para somente depois recorrer à via judicial. Por fim, foi tratada a reserva de vagas em concursos públicos, as populações cotas, hoje garantidas para negros, indígenas e deficientes físicos, conforme o caso. A advogada Tatiana Crispim fez a defesa da reserva de vagas para o público transexual, que de maneira geral está excluído do mercado de trabalho formal. "Se hoje sou advogada é porque me foi dada oportunidade", frisou.

Durante a audiência, diferentes temas foram debatidos, a partir das sugestões do público, entre eles, a importância do indetimento das questões, o estabelecimento de critérios razoáveis para a comprovação do direito à isenção de taxa e a punição para bancas que causem problemas nas seleções. Tanto houve apelo pelo detalhamento dos conteúdos programáticos e pelo fim das seleções com aparência apenas lucrativa, com taxas de inscrição elevadas e somente para cadastro de reserva, por exemplo. Outro destaque foi a defesa de uma ferramenta semelhante ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC) para o preenchimento das vagas em instituições públicas.

## Concurretes saíram satisfeitos

Há dois anos se preparando para concursos, Valéria de Oliveira, de 27 anos, fez questão de comparecer à audiência pública promovida pela Comissão de Acessibilidade Pública da OAB/RJ para dar sua contribuição para a elaboração do Estatuto do Concurso Fluminense. "Gostei da audiência. É um meio de dialogarmos, dar nossas sugestões. E é bom saber que temos pessoas que nos representam de alguma forma", opinou a concurrete.

A pesar do tempo razoável de dedicação a concursos, Valéria contou que já se deparou com diversas irregularidades que poderão ser combatidas com a criação de uma lei sobre o tema. "Desde falta de bibliografia e conteúdo bibliográfico genérico à falta de um tempo mínimo entre a publicação do edital e a prova", enumerou. "Eu apoio essa iniciativa, mas acho que é necessário também um estatuto federal", ressaltou, acrescentando que apesar da redução no número de oportunidades nos dias de hoje, ainda considera o concurso público uma alternativa melhor do que um emprego na iniciativa privada.

Outro que acompanhou atento a audiência foi Eduardo Anastácio, de 25 anos, que também está há dois anos em busca de um lugar ao sol no serviço público. "O evento foi muito produtivo. É um tema que já vem sendo colocado há algum tempo, sem que

haja um estatuto regendo. Apesar de ter sido apenas a primeira audiência, já deu para perceber que é um projeto que vai para a frente", avaliou. "Muito provavelmente teremos em pouco tempo um estatuto sobre um assunto tão importante quanto esse."

Um dos presentes, o concurrete Wallace Motta, de 24 anos, já acompanhou de perto um problema causado pela falta de regulamentação dos concursos públicos: passou no concurso da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que, no entanto, não convocou aprovados para diversos cargos, sob a alegação de servir à formação de cadastro de reserva. "Esse estatuto vem a calhar nesse momento de instabilidade dos concursos públicos em geral. Os concurretes acabam ficando sem uma base legal, apenas apoiados no edital, que muitas das vezes apresenta alguma irregularidade", afirmou.

Embora não tenha deixado sua sugestão, ele disse ter se identificado com diversos temas tratados durante a audiência. "Achei muito interessante a sugestão que foi feita com relação ao local de prova. Eu mesmo moro na Zona Oeste e já fiz muito concurso em Niterói. E não eram nem para a prefeitura de lá. Há uma falta de critério na escolha desses locais", afirmou ele, que pretende continuar acompanhando os trabalhos da CDACP em torno do estatuto.



Membros da comissão se reuniram na última segunda-feira, dia 27 de junho

## Esboço já deverá ser apresentado

O presidente da CDACP, Sérgio Camargo, explicou que o texto do projeto de lei já vem sendo elaborado, já tendo passado pela análise dos membros da comissão. "Agora a gente vai colher essas sugestões, então ele vai caminhar mais um pouquinho. O que a gente pretende é na próxima audiência pública disponibilizar o projeto." Com isso, ele avalia que a participação dos interessados será mais eficiente. "Eles já terão a visão do que está sendo pretendido e o que ainda pode ser acrescentado", explicou.

A nova audiência ainda não tem data marcada, podendo acontecer após a realização dos Jogos Olímpicos. Camargo lem-

brou que no último dia 15, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, aprovou na última quarta-feira, dia 15, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 75/2015, de autoria do ex-senador Douglas Cintra (PTB-PE), que permite também ao Poder Legislativo a iniciativa de propor leis sobre concursos públicos. Isso facilitaria a proposição do Estatuto do Concurso Público Fluminense, uma vez que isso não precisaria necessariamente ser feito por intermédio do governador. A PEC, porém, ainda precisa passar por dois turnos de votação no Senado e na Câmara dos Deputados.

Camargo ressaltou porém que a elaboração do Estatuto do Concurso Fluminense segue o seu curso independentemente de iniciativas de outras esferas administrativas. Ele observou ainda que o projeto já vinha sendo construído com base em outras propostas já constituídas com relação ao assunto. "Agora, com a participação dos membros da comissão e da audiência, fica muito mais célere e muito mais eficaz", disse ele, acrescentando ter utilizado boa parte do próprio Projeto de Lei do Senado (PLS) 74/2010, que definiu como um resumo da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

## NOTÍCIAS DO CIEE

### I Aprendiz Cultural

No dia 17 de junho, 79 aprendizes das turmas PET 62, PET 68, PET 72 e PET 76, das educadoras Elixandra Alves, Sílvia Freitas, e Thais Albernaz, participaram da inauguração do I Aprendiz Cultural, exposição montada no Centro de Cultura Raul de Leoni, juntamente com toda equipe pedagógica, administrativa e consultores do CIEE Petrópolis.

Também contamos com a presença do Superintendente do CIEE, professor Paulo Pimenta Gomes que dedicou seu tempo e nos trouxe palavras sobre a importância de um projeto como aquele aberto ao público.

Tal ideia surgiu na turma Pet 62, da Educadora Sílvia Freitas, que desenvolveu ao final dos encontros de gestão um projeto sobre luminárias sustentáveis. As luminárias confeccionadas com copos descartáveis ocupava muito espaço e, para expô-las seria necessário um lugar amplo, surgindo então, a ideia de levar toda exposição para o Centro de Cultura.

A ideia foi apresentada para Carla Esteves (mãe de acupunturista pedagógica) que logo aceitou o projeto e investiu para que ele se tornasse realidade, posteriormente apresentado para Jorge Tavares (Supervisor da Região Serrana), que também deu todo seu apoio para o projeto acontecer.

Somente as luminárias de uma turma, não seriam suficientes para ocupar a galeria que gentil e prontamente foi cedida pelo CDC. Iniciou-se uma mobilização de todas as turmas e educadoras, que fomentaram nos encontros junto aos seus aprendizes temas diversificados que geraram diversas produções sobre os conteúdos do programa desenvolvido no desenvolvimento do Aprendiz Legal.

Este programa Aprendiz Legal tem o desejo de contribuir para a formação de jovens autônomos,

Tel.: (21) 3535-4545 / www.ciee.org.br

# FIOCRUZ: SAU EDITAL

Ótima oportunidade de emprego federal para nível médio.

Remuneração de

## R\$3.418 mensais

Não perca tempo. Comece já seus estudos.

Novas turmas. Início: dia 29. Matrículas abertas. Faça sua matrícula e parcele em até 10x sem juros.

Apostilas autoexplicativas disponíveis em todas unidades

8.112

COMENTADA

Conheça nossos cursos online: [www.degraucultural.com.br](http://www.degraucultural.com.br)

CINELÂNDIA: Avenida Rio Branco, 277/sj. - 2532-9734 • ALFÂNDEGA: Rua da Alfândega, 80/2º - 3970-1015 • MADUREIRA: Rua Américo Brasiliense, 230 - 3355-2501  
 MEIER: Rua Manuela Barbosa, 23/2º - 3296-8857 • COPA: Av. N. Sra. Copacabana, 807/2º - 3816-1142 • CAXIAS: Av. Pres. Kennedy, 1203/3º - 3659-1523  
 NITERÓI: Rua São Pedro, 151/sj. - 3604-6234 • TAQUARA: Estrada do Tindiba, 1730 - 2435-2611 • CAMPO GRANDE: Av. Cesário de Melo, nº 3311 - 2413-1551  
 NOVA IGUAÇU: Rua Heraldo Sales de Abreu, 40/sj. - 2767-0771 • BONSUCESSO: Rua Dona Isabel, 126 - 2560-5827

Sua melhor opção em concursos

[facebook.com/degraucultural](https://facebook.com/degraucultural)

[www.degraucultural.com.br](http://www.degraucultural.com.br)

[twitter.com/degraucultural](https://twitter.com/degraucultural)